

ARENA DAS DUNAS CONCESSÃO E EVENTOS S.A.

CNPJ nº 13.475.478/0001-10

Relatório da Administração

Carta do Presidente: A administração da Arena das Dunas S.A., reforçando a transparência junto à sociedade Potiguar e ao Poder Concedente, apresenta a seguir o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com o Relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017. **Informações gerais:** O contrato de Concessão Administrativa da Parceria Público Privado ("PPP") firmado entre a Arena das Dunas S.A. ("Companhia") e o Governo do Rio Grande do Norte, teve início em outubro de 2011 e terminará em outubro de 2031. O objeto do contrato é a demolição e remoção Machado e Machado e construção, gestão e operação da nova Arena Multiuso ("Arena"), proporcionando um local seguro, confortável e moderno, com conteúdo ligado ao esporte, cultura, entretenimento e apta a receber as partidas da Copa do Mundo FIFA 2014, e plataforma de fomento às indústrias do entretenimento, serviços e esportes. Compromissos estes que vêm sendo honrados pela administração da Companhia, mantendo a inovação como diretriz da gestão. **Parceria com o Estado do Rio Grande do Norte:** Concluída a construção da nova Arena e com o início da operação, o Estado do Rio Grande do Norte inicia os investimentos que garantem à sociedade Potiguar um legado moderno e seguro. Tais investimentos estão divididos em parcelas fixas e variáveis, que têm como objetivo saldar o financiamento para construção da Arena e garantir os investimentos em operação e manutenção nos padrões exigidos pelo contrato de concessão. O desempenho da administração da Arena é rigorosa e constantemente avaliada por meio de um Quadro de Indicadores

de Desempenho (QID) com mais de 80 itens, permitindo ao Poder Concedente acompanhar o acompanhamento das entregas do serviço e facultando, em caso de frustração de padrões de desempenho exigidos, a penalização prevista em contrato. **Recursos que viabilizaram a construção:** Os estudos iniciais do projeto da Arena sempre proporcionaram condições interessantes ao Poder Concedente e ao operador da Arena. No âmbito da Parceria Público Privada (PPP) foi responsabilidade do operador a obtenção dos financiamentos. O empenho do patrimônio do parceiro privado, juntamente as garantias públicas, proporcionaram a obtenção de todos os recursos para construção da Arena. A responsabilidade pelo pagamento das obrigações financeiras, inclusive remuneração dos recursos aportados pelo operador, fica a cargo da Arena, que, com as receitas operacionais, somadas às parcelas fixas e variáveis da contraprestação pública, vêm honrando todos os seus compromissos e garantido uma operação de vanguarda. **Geração de valor:** A operação da Arena das Dunas vem evoluindo continuamente, as novas ocupações e projetos de exploração do equipamento voltados também à demanda de público desvinculada de eventos temporários - como são os casos do Arena Office, Arena Tour e exploração de áreas comerciais - sinalizam um prognóstico de geração de atividade econômica com grande potencial e capaz de gerar economia de caixa para o Estado, além de estimular toda a cadeia de produtos e serviços influenciada pelos negócios instalados na Arena. Vale esclarecer que a divisão de resultados com o Poder Concedente não está vinculada ao resultado contábil explicitado nas

demonstrações financeiras. **Contribuição socioeconômica e ambiental:** A Arena se consolida a cada ano como um importante cartão postal da capital Potiguar e, direcionando esforços para aspectos socioeconômicos e ambientais tem participado ativamente da vida de muitos cidadãos de Natal. Programas em parceria com universidades visando estimular a construção do conhecimento e oportunizar experiências profissionais para os estudantes através de estágio foram implantados. Instalação de novos negócios que, somados aos jogos e eventos, formam um microsistema econômico que contribui e estimula uma relação simbiótica com uma das vocações do nosso Estado, o turismo. A Arena reafirma seu compromisso com o meio-ambiente e se dedica a programas de reciclagem, armazenamento de águas de chuva e eficiência energética. Orgulhosamente mantendo as certificações do selo do INMETRO para Eficiência Energética, a certificação LEED para a edificação e as cinco bolas no SISBRACE (Sistema Brasileiro de Classificação de Estádios) do Ministério dos Esportes. Somando-se a isso, a Arena tem ampliado a interação com a comunidade disponibilizando o equipamento para lazer e interação social com o projeto "Domingo na Arena" e treinos semanais de corrida, colaborando com a prática desportiva e recreação e proporcionando uma maior integração entre Arena e a comunidade norte-rio-grandense.

Arena das Dunas Concessão e Eventos S.A.
Ítalo Mitrê Alves de Lima - Diretor Presidente

Demonstrações Contábeis para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

Balancos Patrimoniais				Demonstrações dos Fluxos de Caixa			
Ativo	Nota	2017	2016	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2017	2016
Circulante		155.980	186.237	Circulante		384.882	90.833
Caixa e equivalentes de caixa	3	503	12.730	Fornecedores		636	453
Contas a receber	6	1.883	1.798	Empréstimos e financiamentos	8	292.742	37.141
Ativo financeiro da concessão	4	149.131	165.817	Debêntures	9	51.467	17.288
Outros ativos		302	456	Dividendos a pagar	10	15.472	15.472
Impostos a recuperar	7	3.662	4.941	Tributos diferidos	12	19.747	15.547
Despesas antecipadas		498	495	Obrigações trabalhistas		2.209	1.991
Não circulante		373.143	553.909	Obrigações tributárias	11	1.493	1.632
Aplicações financeiras	5	17.310	17.543	Outras contas a pagar		1.118	1.309
Ativo financeiro da concessão	4	336.849	531.291	Não circulante		68.856	488.884
Impostos a recuperar	7	2.987	4.131	Empréstimos e financiamentos	8	-	287.857
Partes relacionadas - Ativo	10	15.036	-	Debêntures	9	-	47.837
Imobilizado		898	867	Tributos diferidos	12	66.432	148.395
Intangíveis em curso		62	77	Partes relacionadas	10	2.424	4.796
Total do ativo		529.122	740.146	Patrimônio líquido		75.384	160.429
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis				Capital social	13	75.012	75.012
Demonstrações do Resultado Abrangente				Reserva legal		6.320	6.320
		2017	2016	Reserva de lucro		-	79.097
(Prejuízo)/Lucro do exercício		(85.045)	32.851	Prejuízos acumulados		(5.948)	-
Total do resultado abrangente do exercício		(85.045)	32.851	Total do passivo e do patrimônio líquido		529.122	740.146
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis				As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis			
Demonstrações do Resultado				Demonstrações do Resultado			
	Nota	2017	2016		Nota	2017	2016
(=) Receita operacional líquida	14	157.918	125.958	Receitas financeiras		2.569	4.058
(-) Custo dos serviços prestados	15	(11.583)	(9.681)	Despesas financeiras		(40.774)	(57.798)
(=) Lucro bruto		146.334	116.276	(=) Resultado financeiro líquido	16	(38.205)	(53.740)
(+/-) Despesas/receitas operacionais				(Prejuízo)/Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		(129.240)	51.418
Despesas gerais e administrativas	15	(3.108)	(3.280)	(+/-) Imposto de renda corrente e diferido	17	32.635	(13.653)
Impairment	15	(228.331)	-	(+/-) Contribuição social corrente e diferido	17	11.740	(4.915)
Despesas com pessoal	15	(6.110)	(7.838)	(Prejuízo)/Lucro do exercício		(85.045)	32.851
		(237.550)	(11.118)				
(Prejuízo)/Lucro operacional antes do resultado financeiro		(91.215)	105.158				
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis				As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis			
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido				Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido			
		Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros/(Prejuízos) acumulados	Total	
Saldos em 31 de dezembro de 2015		75.012	4.677	55.691	-	135.380	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	32.851	32.851
Constituição de reservas		-	1.643	31.208	(32.851)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	(7.802)	-	(7.802)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016		75.012	6.320	79.097	-	160.429	
Prejuízo do exercício		-	-	-	(85.045)	(85.045)	-
Reversão da reserva de lucros		-	-	(79.097)	-	79.097	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017		75.012	6.320	-	(5.948)	75.384	
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis				As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis			
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis				Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis			
1. Contexto operacional: A Arena das Dunas Concessão e Eventos S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado que foi constituída em 6 de abril de 2011, tendo como objetivo a exploração da concessão administrativa para prestação dos serviços de demolição e remoção do estádio Machado e Ginásio Machado, construção, gestão da operação e manutenção da Arena das Dunas, de características multiuso, podendo no fiel cumprimento do seu objeto realizar: a exploração de atividade de engenharia civil, inclusive desenvolvimento, gerenciamento, construção e execução de obras civis, por si ou por terceiros; a exploração mediante a compra e venda de bens, realização de eventos, exploração de publicidade e serviços de valor adicionado de telecomunicações, bem como outras atividades				complementares; a locação de bens e espaços móveis e imóveis; e a importação e exportação de bens e serviços em geral, tudo em conformidade com o disposto no edital de concorrência pública internacional nº 01/2011 expedido na forma de lei, pelo Estado do Rio Grande do Norte. O contrato de concessão teve início no dia 15 de abril de 2011, finalizando sua vigência em outubro de 2031. A Companhia é controlada pela OAS Arenas S.A. e tem sede na cidade de Natal, estado do Rio Grande do Norte. Conforme descrito na nota explicativa nº 6, em 11 de julho de 2016, o Estado do Rio Grande do Norte ajuzou ação visando a suspensão dos pagamentos da contraprestação financeira do contrato 01/2011. Atualmente, a Companhia está recebendo o equivalente a 75% da contraprestação contratada, enquanto permanecem as			

Fluxo de caixa das atividades operacionais		2017	2016
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social		(129.240)	51.418
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações		142	125
Variações monetárias, cambiais e encargos - líquidas		39.027	48.300
Rendimento sobre aplicações financeiras		(1.634)	(2.214)
Perda estimada em crédito de liquidação duvidosa		228.331	-
Atualização do ativo financeiro		(113.085)	(117.856)
Custo de transação de empréstimos e financiamentos e debêntures		362	362
Constituição de impostos diferidos sobre a receita		(33.387)	825
		(9.664)	(19.400)
Aumento/(diminuição) nos ativos operacionais			
Ativo financeiro da concessão		95.881	107.912
Contas a receber		(85)	(911)
Impostos a recuperar		2.422	(1.353)
Despesas antecipadas		(3)	89
Outros ativos		153	(257)
Aumento/(diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores		183	(144)
Obrigações trabalhistas		215	611
Obrigações tributárias		(139)	(159)
Outras contas a pagar		(188)	340
Juros pagos		(37.603)	(46.995)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		51.172	40.093
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de imobilizado		(158)	(298)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(158)	(298)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Empréstimos e debêntures pagos		(47.700)	(44.690)
Partes relacionadas - valores pagos		(17.408)	4.847
Conta reserva		1.867	4.048
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(63.241)	(35.795)
(Diminuição)/aumento no caixa e equivalentes de caixa		(12.227)	4.001
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		12.730	8.729
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		503	12.730
(Diminuição)/aumento no caixa e equivalentes de caixa		(12.227)	4.001

discussões no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte ("TCE-RN"), por ter o poder judiciário do Rio Grande do Norte entendido ser este o percentual incontroverso, com base no apontado no relatório do TCE-RN. **2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Estas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo se indicado de forma diferente. **2.1. Apresentação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 6 de julho de 2018. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

continua - 37

—☆— continuação

ARENA DAS DUNAS CONCESSÃO E EVENTOS S.A.

CNPJ nº 13.475.478/0001-10

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

2.2. Moeda funcional e de apresentação: Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a. Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 6 - Contratos de concessão: (i) determinação de direito de uso de ativos específicos; (ii) obrigações de prestar serviços ou direitos de receber serviços; (iii) obrigações para adquirir ou construir itens da infraestrutura da concessão; e (iv) outros direitos e obrigações, por exemplo, grandes manutenções periódicas. **b. Estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 6 - Mensuração do valor justo dos ativos financeiros do contrato de concessão: premissas contratuais que possam afetar a certeza dos fluxos de caixa futuros, por exemplo: o período da concessão, datas de reajustes nos preços e bases sobre as quais o reajuste ou renegociação serão determinados; • Nota explicativa 6 - Teste de redução ao valor recuperável: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos ativos financeiros, objeto do contrato de concessão; • Nota explicativa 6 - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. **2.4. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Os ativos financeiros da concessão são mensurados pelo valor justo. **2.5. Principais práticas contábeis adotadas:** As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir: **2.5.1. Operações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. **2.5.2. Receita operacional:** (a) Receita do contrato de concessão - A receita do contrato de concessão compreende a remuneração fixa estabelecida no contrato de concessão, onde 85% do valor originalmente estabelecido corresponde a parcela garantida e os demais 15% estão sujeitos à análise de desempenho, pactuados contratualmente. O valor original do contrato é atualizado monetariamente, da forma estabelecida no contrato de concessão. As despesas do contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade futura do contrato. As perdas esperadas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado. **2.5.3. Benefício a empregados:** (a) Benefícios de curto prazo a empregados - Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **2.5.4. Receitas e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: Receita de juros; Despesa de juros; Ganhos/perdas líquidos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda; Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; Perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros (que não conta a receber); A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. **2.5.5. Imposto de Renda e Contribuição Social:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **(f) Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social correntes:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com referência aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidas:** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no

exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **2.5.6. Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda. **(f) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento:** A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração: Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício. **Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. **Empréstimos e recebíveis:** Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. **Caixa e equivalentes de caixa:** Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia. **(iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração:** Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. **(iv) Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge:** A Companhia não mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda e taxa de juros. **(v) Ativo Financeiro:** Referem-se à parcela dos direitos futurados e a faturar decorrentes do contrato de parceria público privado firmado com o poder concedente (Estado do Rio Grande do Norte) até o final da concessão. Foi classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa diretamente do poder concedente pelos serviços de construção da Arena das Dunas. **2.5.7. Redução ao valor recuperável (Impairment):** (i) **Ativos financeiros não derivativos:** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um ativo financeiro.

3. Caixa e equivalentes de caixa:

Caixa e bancos	2017	2016
	503	282
Aplicação financeira - CDB		12.448
	503	12.730

As aplicações financeiras são remuneradas por taxas equivalentes a aproximadamente 99% dos Depósitos de Certificados Bancários ("CDI") com

liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor. Aplicações financeiras consideradas equivalentes de caixa são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

4. Contas a receber:

Bilhetaria	2017	2016
	1.368	898
Camarote/Publicidade/Locação de Espaço		1.035
(-) PECLD	(520)	(520)
	1.883	1.798

Referem-se aos recebíveis decorrentes das atividades de operação relativas às vendas de serviços contemplados no contrato de parceria público privado firmado com o Estado do Rio Grande do Norte. A perda estimada em créditos de liquidação duvidosa é constituída com base em análise da situação financeira de cada cliente e é considerada suficiente pela Administração para a cobertura de eventuais riscos de crédito.

5. Aplicações Financeiras:

Banco do Nordeste

	2017	2016
	17.310	17.543
	17.310	17.543

O saldo de aplicação financeira de longo prazo no valor de R\$ 17.310, refere-se à constituição de uma conta reserva à título de garantia, a ser preenchida com saldo não inferior ao montante equivalente à soma das prestações de amortizações do principal e juros do contrato de empréstimo junto ao Banco do Nordeste por intermédio do BNDES dos subcréditos "A" e "B", vencíveis nos 03 (três) meses imediatamente subsequentes. A aplicação financeira é remunerada por uma taxa equivalente a aproximadamente 99% dos Certificados de Depósitos Bancários ("CDI"), com resgate restrito ao vencimento da dívida que ocorrerá em 2026.

6. Ativo financeiro da concessão:

Receíveis de contratos de concessão faturados	2017	2016
	86.351	44.705
Receíveis de contratos de concessão a faturar	627.961	652.404
(-) Redução ao valor recuperável do ativo financeiro (a)	(228.332)	—
	485.980	697.108
Circulante	149.131	165.817
Não circulante	336.849	531.291
	485.980	697.108

Referem-se à parcela dos direitos faturados e a faturar decorrentes do contrato de parceria público privado firmado com o Estado do Rio Grande do Norte até o final da concessão. Foi classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa diretamente do poder concedente pelos serviços de construção da Arena das Dunas. A contraprestação pecuniária a ser paga à concessionária corresponde a um valor nominal mensal de R\$ 13.545. Deste montante, 85% correspondem à parcela fixa da contraprestação, e 15% correspondem à parcela variável da contraprestação, esta última depende de indicadores de desempenho pactuados contratualmente relacionados à operação da Arena. A parcela fixa sofrerá reduções ao longo do contrato, não ocorrendo qualquer redução e/ou acréscimo na parcela variável. Após a entrega da obra, do 1º ao 8º ano, não há redução da contraprestação fixa. Do 9º ao 12º ano de operação haverá a redução de 30% da contraprestação fixa. Do 13º ano da operação até o fim do contrato haverá a redução de 100% da contraprestação fixa, sendo mantida apenas a contraprestação variável. A taxa utilizada na atualização do ativo financeiro é a TIR (Taxa Interna de Retorno), calculada em 17,51% (a.a.). A seguir está apresentada a movimentação no ativo financeiro:

Saldo em 31 de dezembro de 2015

Receita operacional	687.164
Atualização financeira	22.816
Recebimento das contraprestações	117.856
IRRF sobre contraprestação	(128.446)
IRRF sobre contraprestação	(2.282)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	697.109
Receita operacional	24.115
Atualização financeira	24.115
Recebimento das contraprestações	113.085
IRRF sobre contraprestação	(117.958)
IRRF sobre contraprestação	(2.038)
Redução ao valor recuperável do ativo financeiro (a)	(228.331)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	485.981

(a) Em 11 de julho de 2016, o Estado do Rio Grande do Norte ajuizou ação visando a suspensão dos pagamentos da contraprestação financeira do contrato 01/2011. Nesse contexto, o Juízo da 5ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Natal citou a Arena das Dunas para apresentar contestação e igualmente a notificou acerca do deferimento de pedido para depositar em juízo o pagamento devido em 12 de julho de 2016. A referida ação é fundamentada em um relatório preliminar do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte ("TCE-RN") que concluiu que o custo por assento da Arena das Dunas estaria superior ao que poderia ser considerado adequado e, portanto, estaria viado por sobrepreço. A Arena das Dunas apresentou esclarecimentos e documentos iniciais ao TCE-RN, bem como contestou a ação no âmbito judicial no prazo legal e recorreu das decisões liminares que autorizaram provisoriamente a suspensão dos pagamentos, de forma que em 16 de agosto de 2016, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte ("TJ-RN") reformou a decisão anterior e determinou o pagamento do equivalente a 75% da contraprestação contratada, por ser este o percentual incontroverso, conforme apontado no relatório do TCE-RN. Considerando a permanência do contexto citado, a Companhia identificou a oportunidade de revisar as premissas de recuperabilidade do ativo financeiro, tendo em vista o fato relevante perdurar por um período de vinte meses e seus reflexos financeiros se tornarem material. Dito isso, a mensuração do valor não

continua—☆—

—☆— continuação

ARENA DAS DUNAS CONCESSÃO E EVENTOS S.A.

CNPJ nº 13.475.478/0001-10

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

recuperável baseou-se em duas premissas: o não recebimento acumulado dos 25% do valor da contraprestação considerado controverso em decisão do TCE-RN que monta em R\$ 66.338; ajuste no saldo remanescente do ativo financeiro em 25% por se tratar do possível volume de caixa não recuperável ao longo do contrato de concessão e que já foi reconhecido como um recebível, valor esse que monta em R\$ 161.993. Dessa forma, o valor total do ajuste no ativo financeiro considerado no teste de recuperabilidade foi de R\$ 228.331. 7. **Impostos a recuperar:**

	2017	2016
IRRF (a)	1.388	3.121
Outros Impostos	508	659
PIS e COFINS a recuperar (b)	4.754	5.292
	6.649	9.072
	2017	2016
Circulante	3.662	4.941
Não circulante	2.987	4.131
	6.649	9.072

Os impostos a recuperar referem-se, basicamente, às antecipações ou valores passíveis de compensação pela Companhia. (a) Refere-se ao valor retido das faturas emitidas das parcelas da contraprestação; (b) Os valores de PIS e COFINS a recuperar referem-se, substancialmente, aos créditos advindos das operações de aquisição de serviços pela Companhia no período de construção da Arena das Dunas. 8. **Empréstimos e financiamentos:**

	Moeda	Encargos financeiros		Vencimento	2017	2016
		anuais	TJLP+			
Financiamentos						
BNDES	R\$	3,44%	2026	(295.471)	(328.036)	
(-) Custos de transação				2.729	3.038	
Total				(292.742)	(324.998)	
Passivo circulante				(292.742)	(37.141)	
Passivo não circulante				—	(287.857)	
Total				(292.742)	(324.998)	

Para a execução dos custos iniciais das obras de construção do Estádio das Dunas - "Arena das Dunas", a Companhia obteve em 14 de outubro de 2012 a aprovação para liberação de empréstimo, na modalidade de Cédula de Crédito Bancário, junto ao BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, nomeados contratualmente como BNDES subcrédito A e BNDES subcrédito B, no montante total de R\$ 396.575. Os juros são pagos mensalmente juntamente com as parcelas mensais e sucessivas do principal, até o vencimento da dívida que ocorre em 15 de janeiro de 2026 para o subcrédito A e 15 de outubro de 2026 para o subcrédito B. A Companhia alocou o saldo do não circulante da dívida junto aos créditos circulantes devido à quebra de "covenant" no seguinte item contratual: "Não contrair ou conceder mútuos aos seus acionistas ou a qualquer outra empresa da Companhia Econômica sem anuência do BNDES", ocasionando a possibilidade de antecipação da liquidação da dívida. 2019 35.982
A partir de 2020 259.489
295.471

Garantias: Cessão fiduciária de direitos e créditos decorrentes da prestação pública e exploração da Arena, penhor de ações e direitos emergentes e suporte financeiro dos acionistas. "Covenants" contratuais: O contrato de financiamento apresenta cláusulas restritivas baseadas no cálculo do ICSD - Índice de Cobertura do Serviço da Dívida como forma de limitação à distribuição de dividendos. Além desses compromissos financeiros, existem outros compromissos assumidos, dentre os quais: • Não realizar alterações no contrato de parceria pública privada; • Não efetuar qualquer arrendamento ou escritura de emissão de debêntures sem a prévia anuência do BNDES; • Ocorrência de vencimento antecipado das debêntures objeto da 1ª Emissão de Debêntures; • Não constituir, sem a prévia autorização do BNDES, penhor ou gravame sobre os direitos dados em garantia ao BNDES; • Não contrair ou conceder mútuos aos seus acionistas ou a qualquer outra empresa da Companhia Econômica sem anuência do BNDES; • Não realizar alterações societárias sem a prévia anuência dos agentes. Em 31 de dezembro de 2017, foi identificada a concessão de mútuos aos acionistas da Companhia resultando no não cumprimento da cláusula restritiva. O contrato de empréstimo junto ao BNDES tem como agente garantidor a OAS S.A.

Subsidiária	Principal	2017		2016
		Encargos	Custos de transação a amortizar	
Vinci Gestora de Recursos Ltda.	48.012	3.577	(122)	51.467
Circulante				65.125
Não circulante				17.288
				47.837
Total				51.467
				65.125

Para a execução dos custos iniciais das obras de reconstrução, manutenção e gestão da Arena das Dunas, a Companhia emitiu em 8 de maio de 2012 a primeira e única série de debêntures privadas junto à Vinci Gestora de Recursos S.A. Os juros são pagos anualmente, com carência de principal até 30 de maio de 2015. A partir desta data, o principal é pago anualmente conforme fluxo financeiro acordado em contrato juntamente com os juros prefixados de 10,4% a.a. + IPCA. O vencimento final da dívida ocorre em 30 de maio de 2020. A Companhia alocou o saldo do não circulante da dívida junto aos créditos circulantes devido à quebra de "covenant" no seguinte item contratual: "Não contrair ou conceder mútuos aos seus acionistas ou a qualquer outra empresa da Companhia Econômica sem anuência do

BNDES", ocasionando a possibilidade de antecipação da liquidação da dívida. Não existem cláusulas de repactuação para as debêntures. "Covenants" contratuais: As debêntures possuem cláusulas restritivas referentes à manutenção de índices financeiros, apurados e revisados semestralmente pelo Agente Fiduciário. O não cumprimento das referidas cláusulas pode acarretar no vencimento antecipado automático das debêntures. Além desses compromissos financeiros, existem outros compromissos assumidos, dentre os quais: • Ocorrência de cisão administrativa ou atuações por órgãos governamentais de caráter fiscal; ambiental, trabalhista, previdenciário ou de defesa da concorrência, entre outros, que possam resultar em uma mudança adversa relevante; • Mudança no controle acionário, sem a prévia autorização do Debenturista; • Não realizar novos investimentos ou assumir novos compromissos de investimentos, com exceção dos investimentos destinados ao Projeto, sem a autorização do Debenturista; • Não distribuir quaisquer recursos aos acionistas, sob a forma de dividendos, juros sobre capital próprio, pagamento de juros e/ou amortização de dívida subordinada e/ou redução de capital, pró-labore, participação nos resultados e honorários a qualquer título até o início do recebimento da contraprestação pública. As debêntures tem como agente garantidor a OAS S.A.

	2017	2016
10. Partes relacionadas:		
Ativo		
Contrato de mútuo (a)	15.036	—
Total	15.036	—
Passivo		
Dividendos a pagar - OAS Arenas (b)	15.472	15.472
Partes relacionadas - OAS S.A (c)	2.424	4.796
Total	17.896	20.267
Ativo Circulante	15.036	—
Passivo circulante	15.472	15.472
Passivo não circulante	2.424	4.796

(a) A Companhia possui contrato de mútuo com a parte relacionada OAS S.A sobre os quais incidem encargos de 99% (noventa e nove por cento) ao ano sob a Taxa de Certificados de Depósito Interbancário (CDI); (b) Refere-se ao valor de dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 28.04.2017, a Companhia decidiu por não pagar dividendos mínimos nesse exercício; (c) Refere-se ao valor a pagar à OAS S.A, controladora indireta, relativo ao instrumento particular de confissão de dívida e outras avenças, firmado entre as partes como remuneração da garantia prestada à Companhia. O saldo possui fluxo de pagamento com vencimento em setembro de 2018 e não prevê encargos financeiros. No primeiro semestre de 2017, foi efetuado o pagamento de R\$ 3.041.

	2017	2016
11. Obrigações tributárias:		
IRPJ e CSLL a recolher	33	37
ISS a recolher	514	660
PIS e COFINS a recolher	925	911
Impostos retidos na fonte	20	24
	1.493	1.632
Os saldos de ISS, PIS e COFINS referem-se à incidência dos referidos tributos sobre receita de serviços prestados, descontados pelos montantes pagos ou compensados até esta data. 12. Tributos diferidos:		
PIS diferido	7.952	11.439
ISS diferido	21.023	33.563
COFINS diferida	36.626	52.689
IRPJ diferido	15.132	48.713
CSLL diferida	5.447	17.538
	86.179	163.942
Passivo circulante	19.747	15.547
Passivo não circulante	66.432	148.395

Os saldos de IRPJ, CSLL, ISS, PIS e COFINS diferidos referem-se à incidência dos referidos tributos sobre o ativo financeiro. Os saldos estão sendo liquidados com o recebimento das contraprestações mensais. 13. **Patrimônio líquido:** (a) **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o capital social, superavit e integralizado é de R\$ 75.012 representado por 75.012.000 ações ordinárias ao valor nominal de R\$ 1 (um real) cada. (b) **Reserva legal:** A legislação societária brasileira exige que as sociedades anônimas apropriem 5% do lucro líquido anual para reserva de lucros, antes dos lucros serem distribuídos, limitando essa reserva até 20% do valor total do capital. A reserva tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital. (c) **Dividendo:** Em dezembro de 2017, a Companhia não constituiu dividendos mínimos obrigatórios. A longo do exercício de 2017, a Companhia não efetuou pagamento de dividendos. Em dezembro de 2016, a Companhia constituiu o dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício no montante de R\$ 7.802. Demonstrativo de cálculo do dividendo mínimo obrigatório:

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	—	32.851
Reserva legal (5%)	—	(1.643)
Base de cálculo para dividendos	—	31.208
Valor dos dividendos mínimos obrigatórios (25%)	—	(7.802)
Dividendos mínimos obrigatórios por ação (em \$)	—	0,10

	2017	2016
14. Receita operacional líquida:		
Receita de operações (a)	24.115	22.816
Receita adicional	7.185	6.957
Atualização do ativo financeiro	113.085	117.856
Total	144.385	147.629
Total dos impostos incidentes sobre a receita	(21.102)	(21.671)

	2017	2016
PIS	(2.443)	(2.509)
COFINS	(11.254)	(11.558)
ISS	(7.404)	(7.604)
Total dos impostos incidentes sobre impairment	34.635	—
PIS	4.010	—
COFINS	18.472	—
ISS	12.153	—
	157.918	125.958

(a) Refere-se à parcela variável da contraprestação o que corresponde a 15% da parcela integral mencionada na nota explicativa nº 6. 15. **Demonstração do resultado por natureza:**

	2017	2016
Despesas com pessoal	(8.311)	(9.807)
Água e energia elétrica	(962)	(1.269)
Contratos com clubes	(2.241)	(1.524)
Serviços de terceiros	(4.702)	(4.094)
Aluguéis	(799)	(571)
Viagens e representações	(655)	(443)
Impostos e taxas	(62)	(51)
Seguros	(495)	(623)
Depreciação e amortização	(142)	(125)
Impairment	(228.331)	—
Outros	(2.432)	(2.291)
	(249.133)	(20.798)
Custo dos serviços prestados	(11.583)	(9.681)
Despesas operacionais	(237.550)	(11.118)
	(249.133)	(20.798)

	2017	2016
16. Resultado financeiro líquido:		
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	2.019	3.584
Outras receitas financeiras	550	473
	2.569	4.058

	2017	2016
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(31.857)	(36.369)
Remuneração de garantias obtidas	—	(7.888)
Juros e atualização monetária sobre debêntures	(7.169)	(11.930)
Amortização do custo de transação	(362)	(362)
Outras despesas financeiras	(1.385)	(1.249)
	(40.774)	(57.798)
	(38.205)	(53.740)

17. **Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:**

	2017	2016
Lucro antes do IR e CSLL	(129.420)	51.419
Alíquota combinada do IR e CSLL	34%	34%
IR e CSLL as alíquotas da legislação	44.003	(17.482)
Imposto corrente	(1.296)	(451)
Imposto diferido	45.299	(17.032)
Sobre o ativo financeiro - efeito positivo	65.590	—
Sobre o ativo financeiro - efeito negativo	(20.291)	(17.032)
Adições:		
Outras	373	(1.086)
Imposto de renda e contribuição social registrado no resultado	44.375	(18.568)

18. **Gestão de riscos:** A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures. Os instrumentos financeiros operados pela Companhia têm como objetivo administrar a disponibilidade financeira de suas operações e a captação de recursos para financiar a construção da Arena. A administração dos riscos envolvidos nessas operações é feita através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio da Companhia. Considerando o prazo e as características desses instrumentos financeiros, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. A Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2017 e 2016. **Exposição a risco com taxa de juros:** A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros flutuantes cause um aumento nas obrigações contratadas com pagamentos de juros futuros. A dívida está sujeita, principalmente, à variação das taxas prefixadas em reais e da variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP e do IPCA. A Companhia analisa sua exposição às taxas de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e hedges alternativos. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável nas taxas de juros e calcula o impacto sobre os resultados. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros. A tabela a seguir demonstra a variação razoavelmente possível nas taxas de juros, com todas as outras variáveis mantidas constantes. Além do cenário provável, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), através da Resolução nº 1.198/09, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% (cenário A) e 50% (cenário B) da variável do risco considerado.

☆ continuação

ARENA DAS DUNAS CONCESSÃO E EVENTOS S.A.

CNPJ nº 13.475.478/0001-10

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Operação	Risco	Valor		
		moeda original	Canário A 25%	Canário B 50%
Passivo				
Empréstimos e financiamentos	TJLP 7,12%	292.742	318.796	324.006
Debêntures	IPCA 2,94%	51.467	53.358	53.736
Subtotal		344.208	372.154	377.742
Ativos				
Aplicação financeira curto prazo	CDI 9,92%	503	565	577
Aplicação financeira longo prazo	CDI 9,92%	17.310	19.457	19.886
Subtotal		17.813	20.022	20.463

Efeito no patrimônio

considerando os cenários

- (25.736) (30.883)

Risco de liquidez: É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas constantemente pela área de tesouraria. **Gestão de capital:** A Companhia demonstra abaixo o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos classificados no circulante e não circulante e debêntures), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial.

31/12/2017 31/12/2016

Passivos financeiros

Empréstimos e financiamentos	292.742	324.998
Debêntures	51.467	65.125
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(503)	(12.730)
(-) Aplicação financeira	(17.310)	(17.543)

Aos Acionistas e Administradores da **Arena das Dunas Concessão e Eventos S.A. - Natal - RN. Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Arena das Dunas Concessão e Eventos S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Arena das Dunas Concessão e Eventos S.A.** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase: Contrato de Parceria Público-Privada com o Estado do Rio Grande do Norte:** Sem modificar nossa opinião, conforme mencionada nas notas explicativas nº 1 e 4 as demonstrações contábeis, em 11 de julho de 2016, o Estado do Rio Grande do Norte ajuizou ação visando a suspensão dos pagamentos da contraprestação financeira do contrato 01/2011 da Companhia. Nesse contexto, o Juízo da 5ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Natal citou a Companhia para apresentar contestação e igualmente a notificou acerca do deferimento de pedido para que o Estado depositasse em juízo pagamento que seria realizado em 12 de julho de 2016, para em seguida deferir a suspensão total dos pagamentos da contraprestação pública. Em 16 de agosto de 2016, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte ("TJ-RN") reformulou a decisão anterior e determinou o pagamento do equivalente a 75% da contraprestação contratada, enquanto permanecerem as discussões no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte ("TCE-RN"), por ser este o percentual que entendeu incontroverso, com base no relatório do TCE-RN. Conforme apresentado na nota explicativa nº 4, as demonstrações contábeis referentes ao exercício

Dívida líquida

326.396 359.850

Patrimônio líquido

75.384 160.429

Índice de alavancagem financeira

4,33 2,24

19. Seguros: A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos. A Companhia possui contratado seguro de responsabilidade civil e de garantia para cobrir riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades e o pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de concessão. **20. Investigações em andamento da controladora indireta:** A OAS S.A., controladora indireta da Companhia, juntamente com outras empresas do setor, estão sendo investigadas pelo Ministério Público Federal ("MPF") e pela Polícia Federal ("PF"), em operação denominada "Lava Jato", sobre supostas irregularidades cometidas em contratações da Petrobras. No âmbito de tais investigações, a Administração da OAS S.A. disponibilizou documentos e prestou os esclarecimentos requeridos, tendo até o momento colaborado plenamente com as autoridades competentes. Em 20 de fevereiro de 2015, em consonância com as referidas investigações, foi ajuizada pelo MPF perante a Justiça Federal do Paraná, Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa nº 5006675-66.2015.4.04.7000 contra a OAS S.A. e suas controladas Construtora OAS e Coesa. A referida ação visa a aplicação das penas previstas na Lei nº 8.429/92, dentre as quais: (i) condenação solidária dos réus ao ressarcimento de suposto dano ao erário; (ii) pagamento de valores a título de danos morais coletivos; e (iii) proibição de contratar com o Poder Público e de receber incentivos fiscais e creditícios por até 10 anos. Essa ação proposta pelo MPF, e ainda não aceita pela Justiça Federal, encontra-se suspensa em razão da oposição de "exceção de incompetência" apresentada pela Companhia. Trata-se de medida jurídica destinada a questionar a competência da Justiça Federal do Paraná para processar e julgar a ação. Ao final, quando julgado este incidente processual, será fixado o juízo

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

findo em 31 de dezembro de 2017 incluem o reconhecimento de provisão para recuperabilidade do ativo objeto da concessão. **Investigações em andamento envolvendo a controladora indireta:** Sem modificar nossa opinião, conforme descrito na Nota Explicativa nº 20 às demonstrações contábeis, a OAS S.A., controladora indireta da Companhia, juntamente com outras empresas relacionadas ("Grupo OAS"), bem como outras empresas do setor, está sendo investigada por autoridades da administração pública federal, no contexto da operação denominada "Lava Jato". Essas investigações encontram-se em andamento, não havendo como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações ou por quaisquer ser dos desdobramentos e suas consequências futuras. As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não incluem quaisquer ajustes relacionados a esse assunto. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria,

competente para o julgamento da demanda e ela prosseguirá. De todo o modo, a referida ação encontra-se em fase inicial de modo que até o momento o prazo para a OAS S.A. apresentar manifestação prévia ainda não se iniciou, tampouco, foi proferida decisão judicial admitindo o prosseguimento da demanda. Em caso de futura admissão da ação, dar-se-á início à sua tramitação legal com a possibilidade de apresentação de contestações e de provas, portanto, garantido o mais amplo e pleno direito de defesa. A Administração da OAS S.A., apoiada na opinião dos seus advogados, conclui que ainda não é possível estimar a duração e o resultado das investigações em andamento, em função das mesmas terem sido iniciadas recentemente e dependerem de eventos futuros, entende ainda que os possíveis efeitos destas investigações, não deverão afetar a Companhia. Entretanto, reconhece que os órgãos competentes podem vir a adotar medidas contra a OAS S.A., em relação a estes ou quaisquer outros assuntos relacionados, podendo esta ser impedida de celebrar contratos na esfera pública, ter que pagar multas ou incorrer em outras penalidades cabíveis, caso haja condenações. Por fim, reforçando o compromisso da Companhia OAS com o cumprimento de todas as leis aplicáveis às suas atividades, foi determinada em novembro de 2013 a implementação de um Programa de *Compliance* que, dentre outros objetivos, visa prevenir e coibir a ocorrência de atos de corrupção que possam vir a ser praticados por seus colaboradores ou terceiros. A Administração está comprometida com as políticas internas de *Compliance*, incluindo o Programa de *Compliance* na cultura organizacional da Companhia OAS. **21. Eventos subsequentes:** A Companhia declara que não existiram eventos ou condições que ocorreram entre a data-base e a data de autorização da emissão dessas demonstrações contábeis que atendam aos requisitos de registro e divulgação.

Diretoria

Italo Mitre Alves de Lima

CPF: 011.721.724-71 - Diretor Presidente

Contador

Ovidio Leonardo Vieira Gurgel

CPF: 053.606.394-07 - CRC: RN-009922/O-4

exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 06 de julho de 2018

BDO

BDO RCS

Auditores Independentes SS

CRC 2 SP 013846/O-1 - S - RN Contador - CRC 1 SP 120458/O-6 - S - RN

Jairo da Rocha Soares